

## Génese do Estado Moderno em Portugal

---

Realizou-se no passado dia 30 de Novembro a 1ª Conferência de um Ciclo dedicado à “Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo Medievo (Sécs XIII-XV)”. Iniciativa do Departamento de História e tendo por Coordenadores os Professores Maria Helena da Cruz Coelho (UC) e Armando Luís de Carvalho Homem (UP e Director do Departamento de Ciências Humanas da UAL), este Ciclo irá decorrer ao longo de 15 Conferências até ao dia 4 de Junho de 97, (estando o respectivo programa ao dispor dos interessados junto do Secretariado do Curso de História, na Delegação da Boavista).

Com a devida vénia reproduzimos um comentário do Prof. Carvalho Homem acerca desta 1ª Conferência, subordinada ao tema “*L’etat Moderne: genèse et implications d’une problématique*” que foi proferida pelo Prof. Jean-Philippe Genet (da Universidade de Paris I):

“O Autor começou por recordar os vastos programas de pesquisas levados a efeito desde os meados da década de 80, no âmbito do *Centre National de Recherche Scientifique* (CNRS) e da *European Science Foundation* (ESF).

Referiu a necessidade de o historiador superar o *isolamento*, caminhando para a constituição de laboratórios de investigação (necessidade já sentida por L. Febvre), na via de um diálogo entre as comunidades científicas de diversos países. Nesse sentido, o programa «*Origins of the Modern State*» da ESF terá constituído uma oportunidade relevante.

*Estado Moderno* (EM), o quê afinal? J. Ph. Genet propôs uma definição tipológica: um tipo de organização assente numa fiscalidade pública e na aceitação pelos súbditos, num quadro superior ao de uma cidade. Por si sós, a segurança, a justiça e a força militar não bastariam. Pelo processo passaria necessariamente a dissociação *público/privado* (com a conseqüente superação do *arbitrário*). A *aceitação* do Estado pela *sociedade política* (aqui num sentido próximo de «sociedade civil», ou seja, a ideia de que o nascente Estado Moderno a *todos* é susceptível de abranger) pressuporia a existência de diálogo com os governados, no quadro das assembleias representativas, obviamente; mas sendo também a corte, os «partidos», os rituais e cerimónias e a justiça momentos e cenários de/para esse mesmo diálogo. Para além de tudo isto, a *guerra* constituindo-se

em motor do sistema, tudo condicionando (é o seu financiamento que está na base de uma fiscalidade geral e permanente). Voltando à questão do quadro superior ao de uma cidade, J.-Ph. Genet apontou os emergentes Estados Modernos como desenvolvendo-se em territórios onde um poder *Central* concorre com outros tipos de poderes (cidades, príncipes, «ordens», Igrejas, impérios...).

Insistiu J.-Ph. Genet no carácter *tipológico* (logo, nem cronológico, nem geográfico) da definição proposta para EM; com a consequente demarcação de «moderno/periodização» (e o «absolutismo» da «idade moderna» poderá mesmo ser visto como uma regressão) e da ideia Weberiana de *modernidade*. Em termos cronológicos, os projectos do CNRS e da ESF assentaram num tempo longo: os séculos XIII-XVIII. Pelos finais de duzentos, o Ocidente teria já uma tríplice situação adquirida:

- Um certo estádio de desenvolvimento da sociedade feudal;
- a Igreja gregoriana;
- e um novo desenvolvimento de uma economia monetária e urbana.

Fazendo depois um pouco da sua «ego-história», o Autor recorreu a reflexão dos anos 60 sobre a transição feudalismo/capitalismo (M. Dobb, P. Sweezy, C. Hill, R. Hilton). Salientou, por banda dos historiadores ingleses, a influência de B. Mc Farlane (e da noção de «feudalismo bastardo»), R. Hilton (e da reflexão sobre o *manor* britânico) e P. S. Lewis. Evocou os seus mestres na Sorbonne: E. Peroy, nome nem sempre muito lembrado, representante ilustre de uma tradição de historiadores franceses estudiosos da Inglaterra medieval; e B. Gueneé, na base da metodização da prosopografia dos «servidores do Estado» (e lembrando como praticantes do método em gerações subseqüentes nomes como os de F. Autrand, H. Millet e E. Mornet em França, e W. Reinhard, N. Bulst e M. Weber na Alemanha), ao mesmo tempo que propunha amplos quadros de síntese no âmbito do funcionamento dos Estados ou da Historiografia do Ocidente tardo-medieval. Entre os seus companheiros de geração (ou próximos disso), salientou G. Bois, J.-C. Hocquet, J.-C. Schmitt e A. Guerreau; para além do diálogo com outras Ciências do Homem (E. Balibar, M. Godelier).

Como grandes contribuições trazidas à problemática pelo programa da ESF, recordou a atenção dada ao *Direito*, às *autoridades* e

*comunidades locais* e ao indivíduo e à *individualização*. Como lacunas remanescentes (logo, aspectos a aprofundar pela investigação futura), apontou:

- 1) *As Bases materiais*: em tempo de «crise da História económica» medieval emoderna (mormente rural), haveria que «*ancrer le politique sur la civilization matérielle*», atentando nas diferentes formas de «*prélèvement*» (monetário e não monetário), esclarecendo o laço genético Feudalismo/EM e atentando em formas outras de poder que não o político estrito (na linha de autores como M. Mann e A. Giddens).
- 2) *A sociedade política*: neste domínio, mantém-se a pertinência das abordagens prosopográficas, mormente as que incidam sobre os homens de leis e da Justiça, vistos como fundamentais no controlo das relações sociais.
- 3) *A representação*: em tempos que foram de aflorar de uma consciência individual a necessidade de atentar no que possam então ser território, «nação» e «povo», cultura «sábua» e cultura «popular», e comunicação (pela difusão acentuada da escrita nos sécs. XII-XIII e da imprensa nos finais do XV)

A finalizar, chamou a atenção para algumas «modas» historiográficas nestes finais do século XX (a narrativa, a micro-história, o quotidiano), bem como para a mediatização de alguns historiadores.

Manifestamente, não será este o caso dos estudiosos do nascente EM.

O EM, aquilo que de certa forma ainda existe, tão questionado embora nos nossos dias, foi responsável por terríveis guerras; mas também esteve na base da afirmação do indivíduo e do reconhecimento dos seus direitos fundamentais. Por isso, a continuidade da atenção ao seu longo e complexo processo de génese se mantém de primordial interesse nos dias em que vivemos.

Assim abriu, com *chave de ouro*, uma iniciativa que certamente muito marcará a vida intelectual da Universidade Autónoma de Lisboa no ano lectivo de 1996/97”.

*Armando Luís de Carvalho Homem*  
Director, Departamento de Ciências Humanas